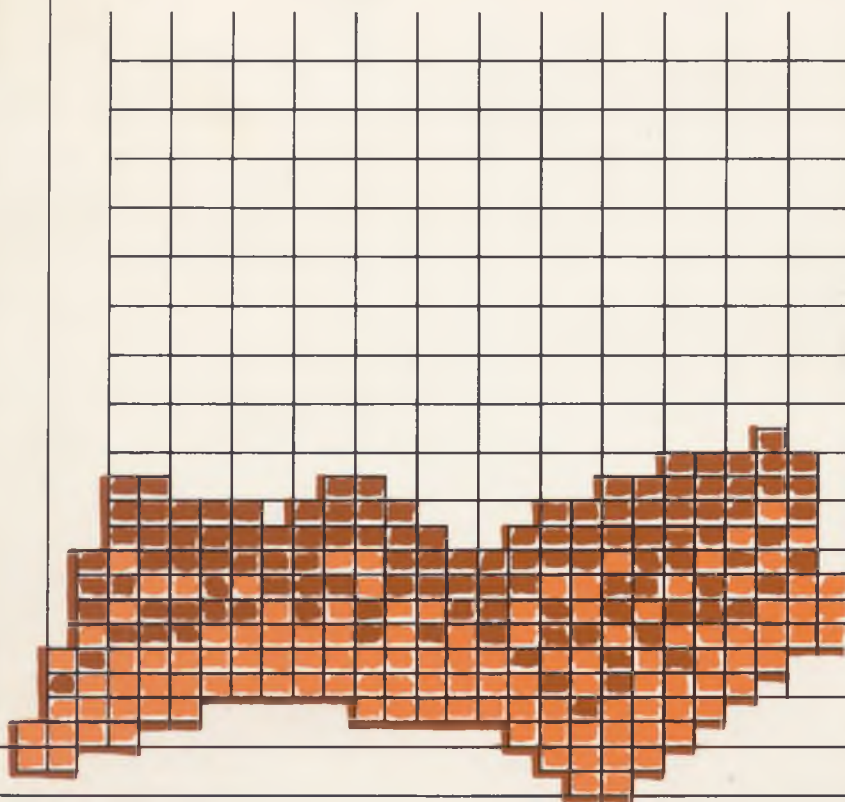


# ALGHARB

ESTUDOS REGIONAIS



BOLETIM DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO  
DA REGIÃO DO ALGARVE

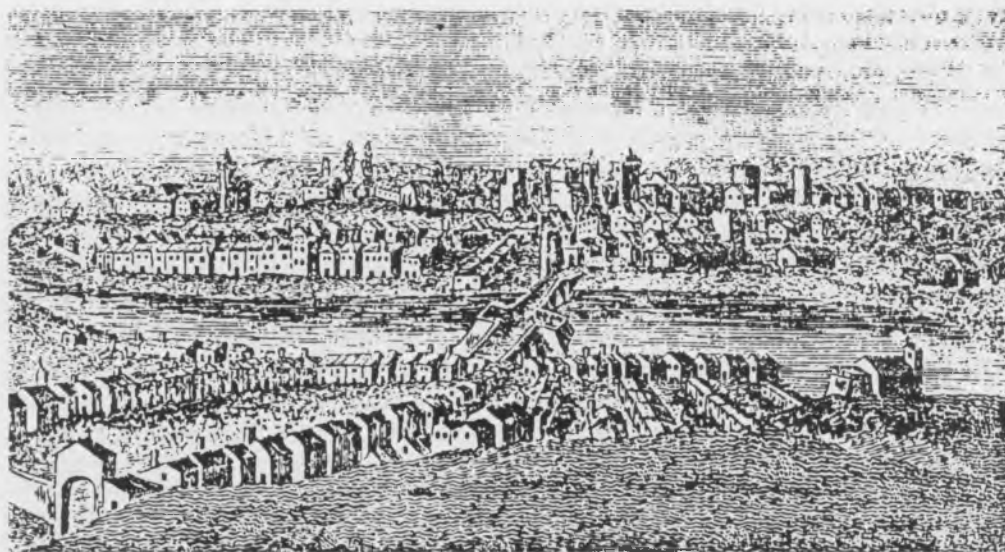
Ano de 1988

7-8



*José Carlos Vilhena Mesquita \**

## **Breves achegas para a história das pescas em Tavira no século XIX \*\***



A cidade de Tavira, de notabilíssima ancestralidade histórica, cujas origens se escondem na sombra dos tempos, assentou fundamentos nas margens do Gilão e estribou a sua economia na fertilidade pedológica do seu vasto território administrativo e na prolixidade piscatória da sua riquíssima costa litoral, em cujas temerosas

---

*\* Assistente da Universidade do Algarve*

*\*\* Texto da Comunicação apresentada ao Colóquio "Sotavento, Passado, Presente e Futuro"*

águas fainam desde há séculos os seus bravos povoadores. A ela se referiram com inusitado deslumbramento os geógrafos da antiguidade cripto-islâmica e, segundo parece, nas imediações dos seus alicerces ainda jazem os vetustos despojos da romanizada cidade de Balsa. No acolhedor estuário do Gilão lançaram ferro vários e obscuros povos, cuja proveniência quase se ignora, pouco depois subjugados pelas dominadoras legiões romanas, substituídas mais demoradamente pelo alfange islâmico.

Com a expansão do cristianismo que das altas terras do norte descia avassaladoramente até às férteis planícies do sul, foi esta cidade conquistada aos sarracenos por D. Paio Peres Correia, em 1242, e, por isso, doada por D. Sancho II à ordem de Santiago. Teve carta de foral pela mão de D. Afonso III a 12-7-1266 e a 13-7-1269 também foram contemplados com semelhante diploma os seus antigos povoadores islâmicos. Dada a sua importância económica e estratégico posicionamento na defesa da costa do Algarve foram-lhe outorgados vários privilégios pelos sucessivos monarcas portugueses, com particular relevância para o que lhe foi concedido por D. Manuel I a 16-3-1520 elevando-a à categoria de cidade.

São invejavelmente brilhantes os testemunhos materiais do seu passado histórico, ainda hoje visivelmente encumeados num património de acentuado carácter religioso e militar. Porém, manda a verdade que aqui se faça estranhar a escassez de trabalhos monográficos consentâneos com a importância histórico-cultural deste concelho. Muito embora não possamos olvidar o valioso contributo de Damião Vasconcelos — trazido a público nas suas *Notícias Históricas de Tavira* — também, do mesmo modo, não podemos deixar de assinalar a inexistência de uma criteriosa e actualizada monografia do concelho, para cuja realização deveria a autarquia convidar uma equipa de investigadores que metesse ombros à reunião e relacionamento dos factos que explicam o progressivo desenvolvimento desta cidade na longa estrada do tempo. Pessoalmente, escapa-nos o conhecimento e a disponibilidade para oferecer a essa imprescindível tarefa o nosso modesto contributo. Todavia, foi nesse sentido que escrevemos esta despreziosa comunicação, que outro objectivo não terá senão o de fornecer algumas pistas a que se juntam ligeiras informações, para a investigação da importância económica da pesca no contexto histórico tavirense.

\* \* \*

A posição geográfica do Algarve, sobranceira ao mar, com uma faixa costeira extensa e afável, permitiu que o sector das pescas constituísse, desde remotas épocas, a mais relevante e tradicional das suas indústrias. Da sua protecção e fomento se encarregaram paulatinamente os nossos monarcas, concedendo aos mareantes algarvios assinaláveis privilégios e isenções, na expectativa de verem florescer os seus réditos. No contexto dessa política assumiu particular destaque a cidade de Tavira, espécie de entreposto para o abastecimento das nossas possessões africanas, cujos povoadores não só se empregavam na defesa daquelas praças como ainda na captura do pescado, que era vantajosamente exportado para a vizinha Espanha e para os portos do norte da Europa. Mas com o abandono da política expansionista para o norte de África, acrescida da malograda integração territorial no imenso império espanhol quinhentista, iniciou-se um lento declínio de que só emergiria a partir dos fi-

nais do século XVIII. Todavia, com o decorrer dos anos suplantaram-se os privilégios de antanho e sobrecarregaram-se as pescas com pesados direitos e alcavalas que expoliavam os pobres marítimos em cerca de 20% dos seus rendimentos gerais. Esta injusta situação motivou o descambo do pescado e, inclusivamente, o afastamento de numerosos pescadores do sotavento algarvio para as povoações ribeirinhas da vizinha Espanha.

Com o advento do liberalismo e a moralizadora reforma promulgada pela Regência da Terceira através do decreto n.º 24 de 6-11-1830, reduziram-se todos os impostos numa única contribuição anual de 3000 réis por cada barco de pesca, facilitando-se a comercialização do pescado por todo o país e estrangeiro, libertando-se assim as onerosas fiscalizações a que estava anteriormente sujeito. A economia passou a basear-se na liberdade de circulação e de comercialização da indústria pesqueira, o que facilitou sobremaneira o seu desenvolvimento e progresso. No entanto, convém acrescentar que no Arquivo Distrital de Faro existem várias cartas das autoridades dos concelhos dirigidas à Administração Geral da Fazenda Pública, queixando-se da falta de pagamento deste imposto de grande parte dos marítimos algarvios, por não disporem de meios financeiros que lhe permitissem dar cumprimento às disposições fiscais consignadas na lei. Por aqui já se pode fazer uma ideia do estado de pobreza em que se encontrava a classe pesqueira. Além disso o carácter generalizante do referido imposto tornava-se injusto, já que o mesmo ignorava a potencialidade das embarcações empenhadas na captura do pescado, que não era proporcional às capacidades produtivas existentes entre um calão, uma lancha, um caíque ou uma xávega. A este decreto de 1830 sucedeu em 1837 um outro que estabeleceu o imposto de 8% sobre o valor do pescado e a 10-7-1843 reduziu-se o tributo para 6%, o que apesar de tudo não conseguiu obviar ao descaminho da pesca, nem mesmo à emigração dos marítimos para as praias de Espanha e do norte de África.

O tipo de pescado mais comum e abundante nas águas algarvias compunha-se das seguintes espécies: sardinha, atum, pescada, goraz, safio, besugo, corvina, pargo, cavala e marisco, para cuja captura se usavam vários tipos de artes, redes e aparelhos, cuja designação, por já haver caído em desuso, me escuso de enunciar.

A pesca com arte ou arrasto fazia-se em grupos ou *companhas* chefiadas pelo mestre ou mandador e pelo arrais, sendo compostas nas embarcações de grande porte por 16 a 24 companheiros. O mestre pela sua experiência conhecia antecipadamente os pesqueiros, mas o saber empírico levava-o esporadicamente a optar por outras zonas onde o peixe se revelava abundante e a faina lucrativa. A companhia era uma espécie de sociedade entre os companheiros e o dono da arte, sendo o produto da jornada marítima sempre dividido em três partes, ou seja, uma para a conservação da arte e das restantes se retiravam três quinhões para o barco, dois para o arrais e um para o mestre, ficando o que sobejava para repartir entre os companheiros. Normalmente os meses de maior apuro económico e de assinalável produtividade decorriam entre Setembro e Dezembro, por serem os mais propícios à captura dos cardumes da sardinha.

Para além destas artes, pescava-se igualmente com lanchas, rascas e caíques, conforme as espécies a que se destinavam, do que também dependia o seu maior ou menor afastamento da costa. Contudo, fainavam, geralmente, à vista da costa e quase sempre o mesmo tipo de pescado. As companhias das lanchas formavam-se com 2 a 4 homens, custavam estas embarcações entre 50 e 100 mil réis e transportavam

de 50 a 150 arrobas de peixes, enquanto os aparelhos para cada pescador custavam em média 3 a 4 mil réis. As rascas com um calado superior a 200 arrobas, transportavam 6 a 8 homens, custavam 240 a 480 mil réis e os aparelhos orçavam entre 4 e 6 mil réis. Os caíques eram barcos de razoável bojo, com uma capacidade para 1 a 4 mil arrobas e custavam 800 mil a 1600\$000rs, sendo a sua tripulação composta por 10 a 16 homens, os quais muitas vezes pescavam fora das águas algarvias, normalmente nas costas africanas do mar de Larache, onde fainavam desde Maio até Setembro devido à proliferação de cardumes naquelas cálidas praias. Ali pescavam com larga abundância a cavala, pescada, dentão, lírio e até pequenos atuns. As despesas de alimentação, aparelhos de pesca e sal para a conservação, atingiam entre 100 e 200 mil réis, sendo o investimento de cada uma das partes da ordem dos 60 mil rs. Conforme a fertilidade do mar, os pescadores do sotavento algarvio por ali se demoravam entre 2 semanas a 2 meses, sendo a carga mais comum da ordem dos 30 a 60 milheiros de peixes, com particular incidência na cavala que depois se exportava para o mercado de Lisboa. Nas costas africanas chegavam a juntar-se, do fim da Primavera até ao fim do Verão, mais de 100 barcos algarvios.

Para melhor protecção e defesa dos seus interesses uniram-se os pescadores algarvios em associações ou confrarias que tomavam o nome de *Compromissos*. No Algarve existiram vários, com especial destaque para os de Faro (considerado o mais antigo), Lagos, Olhão e Tavira, os quais muito embora se fundamentassem no carácter religioso subjacente à mentalidade dos marítimos, constituíam, ao fim e ao cabo, uma espécie de auto-organização mutualista que visavam igualmente a defesa dos seus privilégios e isenções. Os primeiros compromissos remontam ao reinado de D. Dinis e é provável que no Algarve no tempo do D. João I já por aqui existissem essas associações de mareantes que por toda a parte tiveram como padroeiro S. Pedro Gonçalves Telmo, singularmente conhecido pelo *Corpo Santo*. No Algarve, mormente em Lagos, também se adoptou como patrono S. Gonçalo, que ali nascera em 1360, e a quem a tradição atribui a fundação do próprio Compromisso Marítimo.

Para a tesouraria do Compromisso contribuía os pescadores com uma parte dos seus lucros, a fim de com eles se poderem cobrir as despesas contraídas com a contratação de um médico, cirurgião, sangrador e boticário. sendo porém da maior importância os socorros pecuniários prestados aos marítimos doentes, inválidos, idosos e indigentes, assim como às viúvas e órfãos. Do financiamento do Compromisso dependia toda a comunidade piscatória pois que o mesmo constituía uma espécie de auto-seguradora com a qual todos podiam contar nos momentos difíceis e nos derradeiros anos da velhice.

É sabido que, no ano de 1497, D. João III confirmou à Confraria do Hospital do Corpo Santo de Tavira o privilégio de eleger, entre si, um Juiz para apaziguar as divergências que, porventura, se gerassem entre os associados, documento esse que vem corroborar a antiguidade do compromisso marítimo daquela cidade. Porém, só em 1665 é que aquela confraria toma oficialmente essa designação por consentimento régio.

Mas, infelizmente, perdeu-se esse precioso documento do arquivo do compromisso, restando, todavia, uma cópia nos antigos códices daquela instituição que foi, em boa hora, exumado por Albino Lapa em 1956. Em sua substituição fizeram-se, no ano de 1783, uns novos Estatutos do Compromisso que foram confirmados pelo Desembargo do Paço em 15-4-1793, o qual se compunha de 23 capítulos e tinha a se-

guinte designação: *Compromisso da Confraria do Corpo Santo dos Mareantes da Cidade de Tavira*. No entanto, por portaria do Ministério do Reino, datada de 5-10-1838, aprovar-se-iam ainda uns novos Estatutos, que se repartiam por 12 capítulos e 65 artigos.

Com o decorrer dos anos os Compromissos foram perdendo a sua importância até mergulharem na mais confrangedora decadência. Em sua substituição apareceram as Casas de Pescadores e as Escolas de Pescadores, que na cidade de Tavira, em 1942, tomaram conta do extinto Compromisso Marítimo, pagaram-lhe as dívidas, restauraram-lhe o edifício e aí montaram a sua sede.

Infelizmente, sobre a fundação e desenvolvimento dos antigos Compromissos Marítimos do Algarve ainda pouco se sabe e muito haverá para se estudar. As condições, que se oferecem à sua investigação, não se podem considerar totalmente adversas aos historiadores oriundos desta província, já que, felizmente, deles ainda existem os respectivos arquivos repletos de abundante documentação, reunida nas suas antigas sedes, ou no Arquivo Distrital de Faro, onde poderão ser facilmente consultados.

Pessoalmente não temos forças nem ânimo para proceder a tamanha empresa, no entanto, por curiosidade tivemos o ensejo de analisar um precioso *Livro de Matrículas dos Marítimos da Cidade de Tavira*, mandado executar por força da carta régia de 11-12-1814.

Efectivamente, no Arquivo Distrital de Faro, no núcleo dos compromissos marítimos e sob a cota n.º 191, encontra-se a recato dos bibliofágicos um interessantíssimo *Livro de Registo das Provisões do Compromisso de Tavira*, contendo vária documentação manuscrita entre 1742 e 1849, com as dimensões de 42,5cm de altura por 29cm de largura, cujo termo de encerramento passo a transcrever: "*Este livro tem cento e setenta e sete meias folhas, o quall pode servir para nelle se registarem as provisões e privilégios que S.A.R. houver por bem de conceder a esta Real Casa do Compromisso*".

O seu interesse, como fonte histórica, é incontestável, pois que nele se averbaram as leis e determinações mais importantes, pelas quais se regeu a vida daquela instituição. E, na verdade, ali fomos encontrar a fls. 55v e 56 as "*Instrucções da Carta Régia sobre a Matrícula dos Marítimos do Reino do Algarve*", que correspondem exactamente à transcrição da carta régia datada de 11-2-1814. Sem a sua leitura não se conseguiria compreender as intenções que presidiram à elaboração do *Livro das Matrículas*, de que falaremos mais adiante. No referido diploma real, D. João VI começa por agradecer aos pescadores dos compromissos algarvios os "*distintos serviços que muitos destes (marítimos) praticarão no momento da feliz restauração do Reino*", passando em seguida ao reconhecimento dos antigos privilégios e isenções daquelas confrarias. Assim, começa por confirmar aos matriculados nos compromissos o real privilégio de "*serem isentos do Recrutamento de Tropa de Linha e Milícias*" — distinção que, aliás, já havia sido anteriormente concedida por D. Manuel I — após o que manda nomear pela mão do Governador do Algarve um oficial superior para, anualmente, conferir as matrículas e delas extrair uma relação, que seria entregue ao mesmo Governador, a fim de se não permitirem abusos ou fugas ao recrutamento militar. Curiosamente, esta revisão do *Livro das Matrículas* não poderia ser feita dois anos sucessivos pelo mesmo oficial, como forma de se evitarem actos de corrupção. E todos os anos o governador enviava para a Secretaria de Estado da Guerra um ma-

pa contendo o número de pescadores, calafates e outros artífices empregues na construção naval e utensílios de pesca matriculados no respectivo compromisso, e ainda a relação dos que se inscrevessem em cada ano e dos que se ausentassem ou falecessem. Não obstante aquela real concessão, os marítimos eram *"obrigados a estar armados de Espingardas, e piques segundo o Regimento das Ordenanças e Provisão de 11-10-1735, a fim de concorrerem aos levantamentos em Maça, quando necessário"*.

Para dar cumprimento a esta lei, o compromisso de Tavira mandou lavrar um livro apropriado para o efeito, o qual se poderá consultar no Arquivo Distrital de Faro, no respectivo núcleo dos compromissos sob a cota n.º 192, encadernado em boa carneira, com 25 cm de largura e 39,5 de altura, possuindo 310 folhas, em cuja capa se imprimiu a ouro sobre fundo vermelho a seguinte inscrição: *Livro de Matrículas dos Marianes da Cidade de Tavira – Estabelecido por carta régia de 11 de Fevereiro de 1814"*.

Contém o citado livro três inspecções gerais dos marítimos inscritos em Tavira, sendo a primeira respeitante às 165 folhas iniciais, cobrindo o período cronológico que medeia entre 1814 e 1848. Só por isto ficamos com a ideia de que as tais inspecções anuais consignadas na lei não deveriam estar a ser cumpridas, mas, enfim, passemos adiante. Até esta última data encontravam-se arrolados 818 marítimos, aos quais se devem acrescentar mais 172 pescadores matriculados de novo em 1848, o que juntos perfazem um total de 990 homens empregues na faina da pesca. No termo de encerramento dessa primeira inspecção, datado de 10-7-1848, constata-se que dos 990 pescadores existiam no activo e naquela época 825, número esse que não é muito desequilibrado devido ao acréscimo dos 172 novos inscritos, que deveriam estar a trabalhar no mar sem que disso tivesse conhecimento a respectiva confraria, pois que não se compreende tão numerosa aderência em apenas um ano. No referido termo pode ler-se o seguinte averbamento: *"Em virtude da Portaria do Ministério do Reino de 6 de Março de 1839, inspeccionamos a Corporação Marítima d'esta Cidade e este Livro das Matrículas e n'elle achamos que existião matriculados oitocentos e dezoito, de cujo numero sendo riscados por diversos motivos cento e sessenta e cinco, ficarão existindo seiscentos e cincoenta e três, que adicionamos a cento e setenta e dois, novamente matriculados, prefazem o total d'oitocentos e vinte e cinco. E para constar se lavrou o presente termo, que eu Manoel Christovão da Conceição, secretario o escrevi. Tavira, 10 de Julho de 1848. O Presidente, José Nicolao da C. Conceição de Mello, (vogais), Francisco António, Francisco de Paula, Joaquim José Brito da Silva"*.

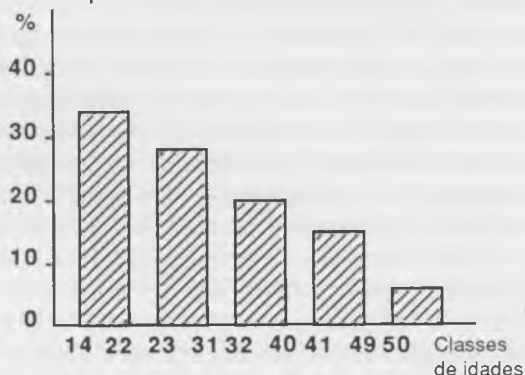
Nas folhas de matrícula constam vários elementos de identificação, designadamente o nome do marítimo, filiação, data de nascimento, estado civil, concelho e freguesia da sua naturalidade, e, ainda, o nome dos filhos aos quais se acrescentavam os restantes elementos já citados. Assim, até 1848, achavam-se registados no citado livro 818 mareantes dos quais foram abatidos 165 nomes pelas razões mais diversas, nomeadamente por mudança de profissão, por morte ou por transferência da sua residência, encontrando-se alguns destes ausentes por motivos indiscriminados. Portanto, em 34 anos, apenas abandonaram o compromisso cerca de 20% do total dos arrolados, dos quais 35,4% por motivos de ausência e 31,3% por morte, sendo os restantes 33,3% por razões ignoradas. Curiosamente apenas faleceram neste espaço de tempo 26 marítimos, mas na inspecção de 1851 verifica-se que morreram 39 pesca-

dores, o que talvez se tenha ficado a dever ao pequeno surto de cólera-morbus ocorrido mais ou menos por essa altura. Em suma, deduzidos os 165, abatidos ao rol inicial, restavam 653, aos quais se acrescentaram por volta de 1848 mais 172, perfazendo um total de 825. Mas outras ilações se podem tirar do *Livro de Matrículas*, como por exemplo o seu escalonamento etário, que é decrescente conforme se avança nas classes de idade. Pelo quadro elaborado compara-se essa situação, que ainda melhor se ilustra pelo gráfico de barras aduzido.

Quadro etário e percentual dos Marítimos Matriculados no Compromisso

Classe de Idades	Número de Matrículas	Porcentagem
14 - 22	265	32,1
23 - 31	235	28,5
32 - 40	162	19,6
41 - 49	119	14,4
50 e mais	44	5,3

Gráfico percentual por classes de idades dos Matriculados



Deste modo se comprova que cerca de 32,1% dos pescadores são jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 22 anos constituindo no seu conjunto a maioria dos matriculados, diminuindo sucessivamente os valores percentuais até aos 5,3% relativos ao escalão etário superior a 50 anos. Convém acrescentar que aos 14 anos já se considerava o indivíduo como responsável pelos seus actos civis e por isso sujeito às sanções da lei, iniciando-se assim, o seu estado adulto. Por isso, nada nos obriga a deixar de admitir que as crianças, com idades inferiores àquela, também participavam nas actividades ligadas à faina do mar, nomeadamente no conserto das redes, preparação dos apetrechos e aparelhos da pesca, limpeza dos barcos e outros trabalhos em que pudessem secundar as suas mães, que eram na verdade as grandes obreiras em terra na transacção comercial do pescado. Comumente o pescador não tomava parte nessas actividades, deixando à restante família o encargo de lhe preparar as alfaias de trabalho. É claro que os filhos nesta época não constituíam um pesado fardo para a economia do lar, mas, por outro lado, também se constata pelos registos das matrículas que o número do agregado familiar era bastante reduzido, especialmente pelo facto de permanecerem solteiros durante largos anos, devido à falta de meios económicos de que se encontrava eivada toda a classe piscatória. Contudo, também é de presumir que muitos constituíssem família sem que para tal contraíssem matrimónio, visto ser esta uma prática corrente nos bairros pobres em que se aglutinavam os pescadores. Por outro lado, as famílias com rapazes solteiros de idade superior a 14 anos podiam subsistir com mais desafogo, razão pela qual os filhos eram uma espécie de investimento para a sobrevivência do agregado e inclusivamente para a continuidade da arte e da classe a que pertenciam.

Os mais velhos, com idade superior a 50 anos, embora fossem uma minoria, integravam-se nas companhias mercê dos longos anos de experiência adquiridos na temerosa faina do mar, desempenhando geralmente as funções de mandadores ou de arrais. De qualquer modo, não esqueçamos que a esperança de vida dos pescadores era relativamente curta, não sendo raros os que pereciam nos naufrágios.

No que respeita ao estado civil dos mareantes registados no compromisso, constata-se que 604 são solteiros, ou seja 73,2% do total, e casados são apenas 221, isto é 26,8%, justificando-se a elevada percentagem de celibatários pela diminuta idade da maioria dos pescadores e pelo seu baixo nível económico. Obviamente que o casamento não era, como já dissemos, uma condição obrigatória para a formação da família, pois que os casais se uniam muitas vezes sem o consentimento da Igreja, acontecendo até que só se consorciavam quando os filhos atingiam a idade de adultos. Para se poder aquilatar, embora parcialmente, a situação de pobreza dos casais de pescadores, seria bom que se fizesse um estudo estatístico dos registos de casamentos (facilmente consultáveis no núcleo de Registos Paroquiais existente no Arquivo Distrital de Faro) e ao mesmo tempo que se operasse a idêntica investigação nos livros dos Expostos pertencentes ao concelho de Tavira, cujas fontes documentais também se poderão encontrar no citado arquivo.

Um outro elemento importante que consta do *Livro de Matrículas* é o da naturalidade dos pescadores que, à priori, supúnhamos algo diversificada acabando por se provar precisamente o contrário. Efectivamente, verificamos que cerca de 99,5% dos pescadores são oriundos do concelho de Tavira, sendo a freguesia de Santa Maria, pela sua extensão e posicionamento geográfico, aquela que mais contribuiu para a proliferação da comunidade piscatória, com cerca de 84,2% do número total dos matriculados.

Seguem-se-lhe as freguesias de S. Tiago e da Conceição, de onde são naturais apenas e respectivamente 8,7% e 6,3% dos pescadores inscritos, restando unicamente 0,7% para os originários dos concelhos vizinhos, percentagem essa que corresponde somente a 6 marítimos, dos quais 3 haviam nascido na Sr.<sup>a</sup> do Rosário, em Olhão, um em Castro Marim, outro em S. Sebastião, no concelho de Lagos, e, por último, ainda outro oriundo do Alentejo, mais propriamente da vila de Serpa. A razão que explica essa pequeníssima infiltração de 6 forasteiros prende-se com razões de casamento, já que todos eles se haviam consorciado com mulheres de Tavira. Mas para melhor elucidação segue-se o respectivo quadro estatístico.

Concelho	Freguesia	Número de Pescadores	Percentagem
Tavira	St. <sup>a</sup> Maria	695	84,2
	São Tiago	72	8,7
	Conceição	52	6,3
Outros	—	6	0,7

Se tivermos em consideração o facto da população de Tavira, no início da década de 1850, rondar os 8000 habitantes poderemos, facilmente, concluir que os 825 pescadores inscritos no Compromisso Marítimo daquela cidade deverão corresponder a mais de um terço da população, visto que àquele número teríamos de adicionar as respectivas famílias que, no seu cômputo, deveriam ascender a cerca de 3000 almas. Concluindo-se daqui que Tavira era intrinsecamente uma terra de pescadores.

Mas, ainda antes de encerrarmos esta nossa intervenção, gostaríamos de acrescentar algo mais sobre a importância da pesca no sotavento algarvio, com especial incidência, como é óbvio, nas águas tavirenses.

As pescarias no Algarve incidiam fundamentalmente na captura da sardinha e de atum, correspondendo à primeira cerca de 57,4% e à segunda 20,5% do total do pescado transaccionado nas lotas desta província. O porto sardineiro de Olhão era um dos três mais importantes da província e o principal da zona sotaventina, despondo naquele burgo várias indústrias conserveiras. Por sua vez, o porto de Tavira e o de Vila Real de St.<sup>o</sup> António eram os mais notáveis nos domínios da pesca do atum, muito embora a sua exploração comercial estivesse directamente dependente do mercado espanhol, que era o nosso maior importador. Esse factor proporcionou a ascensão polarizadora da lota de Vila Real de St.<sup>o</sup> António, exactamente pela acessibilidade do seu porto, pela navegabilidade da estrada fluvial do Guadiana e, sobretudo, pela sua posição fronteiriça junto a Ayamonte e à Isla Cristina. À vila pombalina aportavam numerosos compradores do país e do estrangeiro, que acabaram por aqui estabelecer as suas delegações comerciais e até as suas fábricas de transformação e conservação do pescado, fundamentalmente do atum e da sardinha. É claro que a lota de Tavira rivalizava com a de Vila Real, porém o assoreamento do estuário do Gilão e a pequena profundidade da barra dificultavam grandemente o acesso aos pescados galeões que, perante esta adversidade, preferiam rumar para a foz do Guadiana por ser mais acessível e menos perigosa. Por isso, Tavira permaneceu, até ao início da I Grande Guerra, de certo modo afastada dos interesses dos investidores conserveiros e, apesar da proliferação das suas salinas, até mesmo no negócio da salga se deixara ultrapassar pelos vila-realenses. Nestas circunstâncias, não admira pois que a foz do Guadiana constituísse, no século passado, a capital da pesca no Algarve e, sobretudo, da indústria conserveira do atum e da sardinha. Não esqueçamos que a lota de Vila Real de Santo António pelos valores alcançados na transacção do pescado alcandorara-se ao terceiro posto da nossa Balança Comercial das Pescas, logo a seguir a Setúbal e Sesimbra.

Os cardumes do atum afluíam à costa algarvia de Maio até Agosto, designando-se de *direito* os que se dirigiam à bacia mediterrânica nos meses de Maio a Junho e de *revés* os que dali regressavam de Julho até Agosto. As armações empregues na sua captura adquiriam esta nomenclatura de acordo com as épocas em que se efectuavam os seus movimentos migratórios. As armações que maior notoriedade usufruíram no Algarve, durante o século passado, foram as do *Medo das Cascas*, em Tavira, que contribuíam com 65% dos rendimentos gerais da Companhia de Pescarias do Algarve e as de Lagos, que produziam cerca de 30% do valor total do pescado. Na sua maioria os peixes eram retalhados e conservados em salmoura a fim de poderem ser exportados para a Espanha e resto da Europa, situando-se em Lagos, Tavira e Vila Real de Santo António os principais entrepostos da salga. De acordo com os *Livros de Mestre* da Companhia de Pescarias do Algarve, datados de 1837-38, ve-

rifica-se que um moio de sal importado de Setúbal custava 2\$400 réis e que em 1837 o atum salgado era vendido a 1\$958rs enquanto o seu valor em fresco era de 1\$463rs, do que resultava um lucro mínimo de 495rs. Sendo os lucros irrisórios e os preços das alfaias das armações bastante elevados, até pela necessidade constante da sua renovação, não admira pois que as companhias de pescarias distribuíssem pelos seus accionistas poucos dividendos, ficando não raras vezes com dívidas acumuladas do que acabaria por resultar, mais tarde, a sua falência.

A pesca da sardinha iniciava-se por volta de Março-Abril atingindo o máximo de produção nos meses de Setembro a Dezembro, sendo geralmente o mês de Outubro o mais prolixo neste tipo de pescado. A sua captura processava-se através de cercos, que consistiam nas artes ou xávegas de arrastar lançadas à beira-mar e puxadas para terra. Porém, as armações de sardinha fixavam-se em lugares bem determinados e próximos da costa, após as épocas do atum. No fundo, eram estes os dois processos mais utilizados na sua pesca durante o século passado. Mas com o dealbar do nosso tempo, adoptaram-se sistemas mais modernos de influência americana, que proporcionaram o aumento da produção e, conseqüentemente, viabilizaram o incremento das exportações para a Europa, as quais se intensificaram consideravelmente a partir da I Grande Guerra. Nessa altura os principais centros de pesca situavam-se nas praias de fundos arenosos e mariscados, junto das quais se formaram vários núcleos piscatórios de assinalável prosperidade, como por exemplo em Monte Gordo e Quarteira. As indústrias de conservas em azeite, cuja fundação se iniciou a partir de 1870, desenvolveram-se especialmente em Vila Real de Santo António, Olhão e Portimão, muito embora as armações de maior prosperidade fossem oriundas de Lagos e Vila Real. Contudo, as armações de sardinha, a partir de 1856, demonstravam-se já pouco lucrativas, visto comportarem grandes despesas de manutenção, pelo que, por exemplo, a Companhia de Pescarias do Algarve apenas manteve em actividade a armação de Tavira, com a finalidade única de alimentar os pescadores pertencentes àquela empresa. Curiosamente, em todo o Algarve labutavam na faina da sardinha mais de quatro mil pescadores.

Devido à riqueza piscícola das águas algarvias e ao fomento da pesca pelas artes de arrasto e armações fixas, sem esquecer os privilégios reais que andavam adstritos aos seus Compromissos Marítimos, acentuou-se nesta região a actividade piscatória, com visível relevo a partir da acção política do Marquês de Pombal. A fundação de companhias de pesca facilitou, a partir de então, a sobrevivência económica da classe dos marítimos, gerando-se por sua consequência o aumento da produção e captura do pescado, com particular incidência na sardinha e no atum, do que resultaria, inclusivamente, o povoamento decisivo de algumas praias sotaventinas, como, por exemplo, em Cabanas, Santa Luzia, Fuzeta e Olhão, cujos habitantes se empregavam sacrificadamente nas pescarias de longo curso, concentrando-se em grande número no mar de Larache. E foi a intensificação da pesca nas costas africanas que acelerou as migrações sazonais dos marítimos e por arrastamento e recrutamento de novos aderentes a esta indústria em franca expansão. O conhecimento da prolixidade das águas meridionais e as injustiças suscitadas pela excessiva tributação de 6% de pescado, decretada na lei de 10-7-1843, motivaram vários pescadores — especialmente oriundos de Olhão — a emigrarem para as nossas possessões sul-africanas, vindo a formar em Angola, nomeadamente em Moçâmedes, Porto Alexandre e Baía dos Tigres, prósperas colónias de pesca, nas quais despontou uma progressiva in-

dústria conserveira que se manteve em laboração até aos nossos dias.

No entanto, sempre se verificaram momentos profundamente dramáticos na vida dos pescadores, quer resultantes dos perigos do mar, quer da oscilação dos preços do pescado. As suas condições sociais e de sobrevivência económica nunca foram estáveis ou desafogadas, sendo a indigência o estado natural dos velhos mareantes algarvios. Dificilmente conseguiam pagar os direitos consignados nas leis reguladoras da faina marítima, pelo que muitas das suas embarcações laboravam clandestinamente, sujeitas às mais pesadas sanções das autoridades fiscalizadoras.

A situação de pobreza, mais ou menos generalizada, dos pescadores poder-se-á dizer que perdurou quase até ao presente, pois que só recentemente começaram a usufruir de um ordenado mínimo de trabalho e de uma razoável percentagem no produto líquido da pesca, razão pela qual elevaram sobremaneira o seu nível de vida. Por outro lado, a maior acessibilidade do crédito, o progressivo desenvolvimento tecnológico das embarcações, o aumento da assistência social e do nível cultural dos pescadores, suscitou a ampliação do rendimento per capita e, por consequência, uma outra e mais risonha confiança no futuro.

Para a viragem duma nova página na vida económica e social do sector das pescas, manda a justiça que aqui se faça lembrar a importância de que se reveste para a valorização da região o curso de Biologia Marinha e Pescas, leccionado na Universidade do Algarve, onde se tem vindo a preparar os futuros investigadores que no campo científico proporcionarão, certamente, uma maior rentabilização da captura do pescado.

Em suma, a pesca e os seus avultados rendimentos marcaram decisivamente toda a história do Algarve, desde os tempos mais remotos até ao presente, com particular acento no início da política pombalina, que fez do sotavento e da foz do Guadiana o seu principal centro de polarização económica. A concentração demográfica na faixa litoral explica-se, quase exclusivamente, pela riqueza e afabilidade destas águas, em cujos portos fundeavam embarcações oriundas dos mais variados quadrantes do globo. Ao "cheiro" da sardinha e do atum vinham os povos fixar-se nas praias, onde nasceram alguns dos mais famosos argonautas, que sob a bandeira das quinias e das enfunadas velas da Cruz de Cristo lograram dar ao mundo novos mundos nunca antes navegados. E no centro desta memorável epopeia resplandecia gloriosamente o nome da sempre digna e esforçada cidade de Tavira.

## Bibliografia

### Fontes

Arquivo do Arraial da Companhia de Pescarias do Algarve, Tavira, *Livro do Mestre*, 1837-39 idem, Livros da Contabilidade, 1837-1840. (sem cota)

Arquivo Distrital de Faro, Núcleo dos Compromissos Marítimos, *Livro do Registo das Provisões do Compromisso Marítimo de Tavira*, cota n.º 191.

Idem, ibidem, *Livro de Matrícula dos Marítimos da Cidade de Tavira*, cota n.º 192.

Idem, Núcleo da Fazenda Pública, *Maço de Documentos Avulsos*, cota n.º 524.

Biblioteca Nacional de Lisboa, Secção de Reservados, *Livro do Regimento das Almadravas*, manuscrito n.º 2700

Idem, ibidem, *Notícia das Almadravas do Reyno do Algarve*, manuscrito n.º 224.

## Estudos

ABECASIS, Duarte – *Estudo Geral Económico e Técnico dos Portos do Algarve*, Porto, Litografia Nacional, 1926.

ANDRADE, Vicente Joaquim de – *Memória sobre as Pescarias Reais do Reino do Algarve*, Lisboa, Imprensa Régia, 1813.

APRÁ, Alberto Carlos – *O Mar pode resolver a Crise de Trabalho no Algarve*, Lisboa, 1931.

AYALA, D. José de Aldama – *Compendio Geográfico-Estadístico de Portugal y sus posesiones ultramarinas*, Madrid, 1855.

BONNET, Charles – *Algarve, Description Géographique et Geologique de cette province*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1850.

BRAGANÇA, D. Carlos de – *Pescas Marítimas I – A Pesca do Atum no Algarve em 1898*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899.

BRITO, José Augusto Guerreiro de – *Pesca do Atum*, Lisboa, 1943.

CABREIRA, Tomás – *O Algarve Económico*, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1918.

CAVACO, Carminda – *O Algarve Oriental, As Vilas, O Campo e o Mar*, 2 volumes, Faro, Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, 2 volumes, 1976.

FEIO, Mariano – *Le Bas Alentejo et l'Algarve*, 3.ª ed; Évora, Centro de Ecologia Aplicada da Universidade de Évora, 1983.

FRANCO, Mário Lyster – *A Pesca do Atum na Costa do Algarve – Achegas para a sua História*, Faro, separata do “Correio do Sul”, 1947.

*Algarviana, Subsídios para uma bibliografia do Algarve e dos autores algarvios*, Faro, Câmara Municipal de Faro, 1982.

GALVÃO, António Miguel – *Um século de História da Companhia de Pescarias do Algarve, Elementos para o estudo da Pesca do Atum no Algarve e da sua evolução histórico-jurídica*, Faro, Edição da Companhia de Pescarias do Algarve, 1948.

GAMITO, J. de Noronha – “A Pesca com Armações. Armações à Valenciana”, in *Boletim da Pesca*, n.º 17, Lisboa, 1974, pp. 5-14.

GARCIA, José – *A Pesca do Atum, História e Tecnologia*, Lisboa, 1898.

GHIRA, Alfredo – *Relatório sobre a Pesca Marítima e Fluvial e Indústria da Pesca do Distrito Marítimo de Vila Real de Santo António*, Lisboa 1889.

IRIA, Joaquim Alberto – “As Pescarias no Algarve (Subsídios para a sua História)”, in *Conservas de Peixe*, Lisboa, a partir do Ano VIII, n.º 90, Setembro, 1953 ao Ano XXVI, n.º 308, Novembro, 1971 (ficou inconcluso).

*O Algarve e os Descobrimientos*, 2 vols, Lisboa, 1956.

LAPA, Albino – *O Compromisso dos Pescadores da Cidade dos “Sete Mártires” – Tavira*, Lisboa, 1956.

LOPES, João Baptista da Silva – *Corografia ou Memória Económica, Estadística, e Topográfica do Reino do Algarve*, Lisboa Academia Real das Ciências, 1841.

LOBO, Constantino Botelho de Lacerda – “Sobre a Decadência da Pescaria de

Monte Gordo”, in *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo III, Lisboa, 1791, pp. 351-374.

“Memória a decadência das Pescarias de Portugal”, in *op. cit.*, Tomo IV. Lisboa, 1812, pp. 313-376.

“Memória sobre o Estado das Pescarias na Costa do Algarve no an[no de 1790”. , in *op. cit.*, tomo V, Lisboa, 1815, pp. 94-137.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira – *O Algarve e a fundação patriótica d'uma colônia industrial e agrícola*, Porto, 1890.

RIBEIRO, José Silvestre – “Apontamentos sobre as Pescarias de Portugal”, in *Resoluções do Conselho de Estado*, Tomo XIII, Lisboa, 1868.

RIBEIRO, Orlando – *Geografia e Civilização – Temas Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, s/d.

SÃO JOSÉ, Frei João de – “Corografia do Reino do Algarve”, in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, apresentação, leitura, notas e glosário dos Profs. Drs. Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1983.

SILVA, A.A. Baldaque da – *Estado Actual das Pescas em Portugal*, Lisboa, 1891.

VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito - *Notícias Históricas de Tavira 1242-1840*, Lisboa, Livraria Lusitana, 1937.